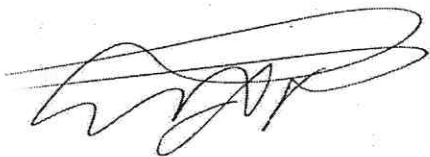


DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS
 ENCERRADOS EM

2020	2021	
43.890.325,26	33.700.694,23	RECEITAS OPERACIONAIS
		Com Restrição
	33.607.469,43	Programa (Atividades) de Assistência Social
	-	Outros Programas (Atividades)
	93.224,80	Rendimentos Financeiros
1.542,13	-	Sem Restrição
	-	Receitas de Serviços Prestados
	-	Contribuições e Doações Voluntárias
- 28.665.087,56	- 28.665.087,56	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
		Com Programas (Atividades)
	-	Educação
	-	Saúde
	-	Assistência Social
	-	Direitos Humanos
	-	Meio Ambiente
	-	Gratuidades Concedidas
	-	Trabalho Voluntário
7.169.599,07	5.035.606,67	RESULTADO BRUTO
		DESPESAS OPERACIONAIS
		Administrativas
	9.589,74	Impostos e Taxas
	86.403,50	Aluguéis
	5.029.935,88	Serviços Gerais
460.204,63	69.124,17	Manutenção
	7.313,84	Depreciação e Amortização
	122.284,24	Despesas Financeiras
	-	Outras despesas/receitas operacionais
2.949.503,61	289.044,70	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)
		ISENÇÕES USURFUIDAS
8.571.675,62	5.417.059,30	Renúncia Fiscal Obtida
8.571.675,62	5.417.059,30	Renúncia Fiscal
2.949.503,61	- 289.044,70	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



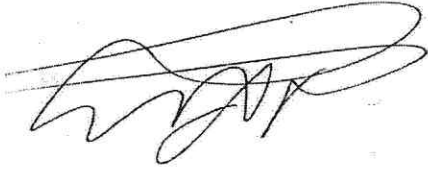
ANDERSON DE AZEVEDO LOPES
 CPF 016.507.017-05
 Contador - CRC/RJ - 079.639/O-6

CENTRAL DE OPORTUNIDADES
CNPJ 39.845.862/0001-50

Demonstração dos Fluxos de Caixa para
o Exercício Findo em 31 de Dezembro de

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) Líquido	-289.044,70	2.949.503,61
Ajustes p/Reconiliar o Superávit (Déficit) Líquido c/ Caixa Líquido		
Aplicado/Obtido nas Atividades Operacionais:		
Depreciação e amortização	7.313,84	-
Aumento (diminuição) das contas do ativo e passivo circulantes:		
Contribuições a receber		
Estoque		
Obrigações Sociais e Fiscais	-	88.038,03
Obrigações de Convênios	1.303.985,35	7.093.953,85
Salários e encargos sociais	281.730,86	-9.381.700,60
Outras débitos/contas a pagar - Curto e longo prazo	-	-14.664,34
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	1.303.985,35	735.130,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de investimentos permanentes		
Aquisição de bens do ativo imobilizado		
Caixa líquido obtido nas atividades investimentos		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação em Empréstimos		
Variação no Patrimônio Social (exceto Reserva de Superávit)		
Caixa líquido obtido nas atividades financiamentos		
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO CAIXA EQUIVALENTES	1.303.985,35	735.130,55
CAIXA EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO 2021 e 2020	7.595.539,88	6.860.409,33
CAIXA EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO 2021 e 2020	8.899.525,23	7.595.539,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ANDERSON DE AZEVEDO
LOPES

CPF 016.507.017-05

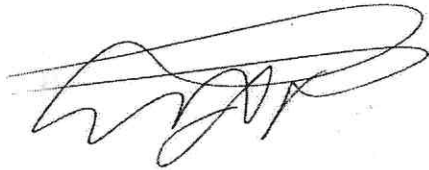
Contador - CRC/RJ - 079.639/O-6

CENTRAL DE OPORTUNIDADES
CNPJ 39.845.862/0001-50

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

CONTAS	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(34.589,47)	(2.574.652,17)	(2.609.241,64)
Transferido P/ Patrimônio	(2.574.652,17)	2.574.652,17	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-
Variação Patrimonial	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-
Superávit ou Déficit do Exercício de 2020	-	2.949.503,61	2.949.503,61
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.609.241,64)	2.949.503,61	340.261,97
Transferido P/ Patrimônio	2.949.503,61	(2.949.503,61)	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-
Variação Patrimonial	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-
Superávit ou Déficit do Exercício de 2021	-	(289.044,70)	(289.044,70)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.261,97	(289.044,70)	51.217,27

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ANDERSON DE AZEVEDO LOPES
 CPF 016.507.017-05
 Contador - CRC/RJ - 079.639/O-6

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

NOTA 01

A CENTRAL DE OPORTUNIDADES é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, beneficentes e de assistência social, sem distinção de nacionalidade, credo ou raça, cor ou política, quer em suas atividades e objetivos sociais, quer entre os componentes de seu quadro associativo e se rege pelo seu Estatuto Social e pelas legislações aplicáveis.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 02

As demonstrações Contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros com efeitos retroativos a 1.º de janeiro de 2012 e pelos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Para os aspectos não abordados pela ITG 2002 aplicou-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.255/09, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008 que alterou artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução CRC nº 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 – Entidades Sem Fins Lucrativos, Resolução CFC nº 686/90 e alterações, que aprovou a NBC T 3.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 758/93, que aprovou a NBC T 8 – Das Demonstrações Contábeis, ICP 01 e 10 e demais CPC's aplicadas a natureza da Associação e Resolução nº 66, de 16 de abril de 2003 do Ministério da Assistência Social – Conselho Nacional de Assistência Social e demais disposições adotadas por entidades sem fins lucrativos.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

1. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações dos resultados.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a dezena mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

b) Instrumentos financeiros

Nos exercícios de 2021, a Entidade não participou e nem tampouco manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações quitadas e/ou canceladas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável; os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Entidade não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01 (R1).

Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Doações, Subvenções e Incentivos Fiscais Recebidos
As doações e subvenções eventualmente recebidas, para custeio e/ou investimento, bem como incentivos fiscais recebidos, são contabilizadas em contas de receita, no Resultado, desde que livres de condição futura, caso em que são registradas em conta patrimonial passiva até que as condições sejam atendidas.

No caso das isenções tributárias usufruídas, relativas aos tributos federais (PIS e Cofins), bem como à quota patronal da previdência social (INSS), são reconhecidas como despesa, no resultado, como se devidas fossem.

e) Gratuidades e Assistência Social
A Entidade registra as gratuidades concedidas e assistência social em conta específica, no Resultado, segregada das demais contas de despesa.

f) Isenções tributárias
A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

RENÚNCIAS FISCAIS		2021	2020
INSS PATRONAL		4.186.983,96	6.969.678,75
COFINS		1.011.020,83	1.316.709,76
PIS		219.054,51	285.287,11
TOTAL RENÚNCIAS FISCAIS		5.417.059,30	8.571.675,62

g) Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As demonstrações financeiras refletem as seguintes provisões:

- **Férias**
Provisão constituída com base na remuneração dos empregados da Entidade e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes.

- **Provisão para contingências**
Provisão constituída com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

h) Apuração do superávit (Déficit) O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são determinadas por meio do reconhecimento das doações, bem como dos convênios e parcerias.

O superávit (Déficit) do exercício é incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais e estatutárias uma vez que o superávit (Déficit) será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que assim dispõe: "o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social".

i) Receitas e despesas financeiras As receitas abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

j) Passivo circulante e não circulante

Recursos de projetos

Abrangem os recursos recebidos por pessoas jurídicas para manutenção dos projetos assistidos pela Entidade. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço patrimonial.

k) Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

l) Patrimônio Social

Representa o patrimônio social da Entidade, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

m) Obrigações Tributárias

A Entidade é sem fins lucrativos e, portanto, goza de isenção do imposto de renda e contribuição social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9532/97 e goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS.

n) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a entidade não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferente daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2. Caixa e equivalentes de caixa

A administração adota uma política conservadora para o gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis, quando permitido pelos doadores, em Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos por instituições financeiras brasileiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata. As receitas decorrentes destas aplicações são reinvestidas na própria instituição ou no próprio projeto, quando exigência do financiador, e estão destacadas na demonstração do

Representam os valores e a movimentação dos bens da entidade durante o exercício. A entidade julga que as taxas de depreciação aplicadas estão razoavelmente ligadas à vida útil econômica dos bens

3. Imobilizado

resultado.

4. Fundos de Projetos e Convênios

Execução financeira dos projetos e convênios

Os recursos recebidos pela Central para realização das atividades sociais são provenientes de doações, convênios, projetos e parcerias.

Os contratos de doações, subvenções, convênios e projetos condicionados, ou seja, sujeitos a cumprimento de obrigações por parte da entidade, são contabilizadas em contas específicas no Passivo.

O saldo representa os valores repassados pelos doadores e financiadores no âmbito dos projetos e convênios assinados, deduzidos das respectivas despesas relativas às atividades sociais executadas até 31 de dezembro de 2021.

Os saldos positivos estão apresentados no Passivo na conta Fundos de Projetos e são destinados às atividades do exercício seguinte.

5. Obrigações

Representam os valores correspondentes a provisionamentos de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas para recolhimento em 2021.

6. Patrimônio social

É constituído pelos recursos totalmente integralizados oriundos de dotação inicial e pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

7. Doações, Projetos e Convênios

Registram os recursos recebidos através de doações, projetos, convênios e demais contribuições para apoio às atividades sociais desenvolvidas pela entidade. Todos os recursos foram aplicados nas ações sociais, em conformidade com os objetivos previstos no seu Estatuto Social.

8. Outras receitas

Registram os recursos recebidos de publicações, assinaturas de revista periódica e contribuições eventuais de pessoas físicas e jurídicas.

9. Custos da Assistência Social

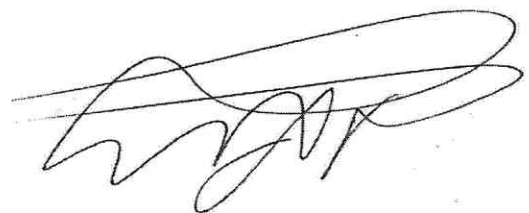
Referem-se basicamente as despesas para realização dos projetos sociais desenvolvidos pela entidade.

10. Despesas Operacionais

Referem-se às despesas de Recursos Humanos, infraestrutura, administrativas e demais despesas necessárias para manutenção do escritório da Entidade.

11. Ajustes ao valor recuperável dos ativos e custo atribuído

Apesar da intenção em apurar o valor recuperável dos ativos observando a NBC T 19.41 e com base na interpretação Técnica CPC 01, assim como em atender ao disposto no ICPC 10, para apurar o custo atribuído de seus ativos, a Central efetuou a análise de seus ativos e, constatou que não há indicadores de desvalorização, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.



ANDERSON DE AZEVEDO LOPES
CPF 016.507.017-05
Contador - CRC/RJ – 079.639/O-6